

# **PARADIPLOMACIA NAS CIDADES BRASILEIRAS:**

## **Elementos impulsionadores internos<sup>1</sup>**

Diandra Schatz Ferreira<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objeto de pesquisa a paradiplomacia nas cidades brasileiras, objetivando identificar quais são os elementos internos à elas que funcionam como impulsionadores de sua atuação paradiplomática - permitindo não apenas a intensificação dessa atuação, mas também sua permanência ao longo do tempo como parte da agenda dos governos locais -, demonstrando a importância desses elementos no desenvolvimento da paradiplomacia municipal. A hipótese sustentada é de que os elementos impulsionadores se concentram em quatro grandes grupos, sendo eles: localização geográfica; institucionalização; fatores políticos; e fatores sociais e de mercado. A partir do método hipotético-dedutivo, será feita inicialmente uma revisão bibliográfica traçando os principais elementos. Posteriormente, o artigo apresentará brevemente exemplos de paradiplomacia municipal em outros países. Finalmente, o trabalho apresentará a investigação e observações relativas aos elementos impulsionadores nas cidades brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atores Subnacionais. Brasil. Cidades. Paradiplomacia.

### **1 INTRODUÇÃO**

O contexto histórico no Brasil e no mundo a partir da década de 1990 foi favorável à paradiplomacia. Em 1991, a queda da União Soviética demarcou o fim da Guerra Fria, intensificando os processos de liberalização e interdependência entre os países, com os antigos pertencentes à URSS também se inserindo na lógica neoliberal ocidental. Aliado ao cenário internacional, o Brasil ainda acompanhava, desde 1985, o contexto de liberalização política e econômica na América Latina, o que propiciou maior participação dos atores subnacionais e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para aprovação na disciplina Monografia II, sob orientação do Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Junior.

<sup>2</sup> Graduanda do 8º período de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

não estatais na formulação de políticas, como governos estaduais e municipais, ONGs, empresas, universidades, sociedade civil e centros de pesquisa. Do mesmo modo, observamos a ampliação da atuação internacional desses atores. Segundo Junqueira (2018, 48), “o mundo pós-Guerra Fria não evidencia o surgimento de atores, mas o grau de elevação de suas participações em esfera global comparado com décadas e séculos anteriores.” No que se refere aos governos subnacionais, surge o termo “paradiplomacia”, cunhado por Panayotis Soldatos (1990), configurando, de forma geral, a ação internacional por parte desses governos.

Os processos de redemocratização e descentralização a partir de 1980, conforme apontado por Salomón (2011), propiciaram atuações mais estruturadas dos atores subnacionais nos países latino-americanos, com o surgimento das primeiras estruturas burocráticas específicas de relações internacionais em governos estaduais e posteriormente em cidades grandes e médias. Destaca-se ainda o fortalecimento da integração regional, com a criação do Mercosul em 1991, que promoveu impactos positivos para a atuação paradiplomática, principalmente através da rede de Mercocidades. Conforme destaca Yahn Filho (2011, 56), “não há regionalização sem a incorporação da dimensão subnacional, do que decorre a importância da participação de cidades, estados federados, províncias e departamentos para o êxito desse processo de integração.” Além disso, houve a instituição do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR) em 2004, que deveria representar os atores subnacionais dos países membros do Mercosul nos órgãos gestores e centrais (JUNQUEIRA, 2018).

Na perspectiva de Salomón (2011), o governo subnacional pode ser visto como um agente de política externa regional ou municipal, sendo o único representante legítimo da cidade ou região. Na perspectiva da autora, a paradiplomacia é entendida como a implementação da política externa desses atores subnacionais. No que tange às restrições impostas pelo Estado aos governos subnacionais, observamos que os governos municipais são menos condicionados pela soberania do que os governos intermediários (sejam eles regionais, estaduais ou provinciais):

As semelhanças do movimento mundial de governos locais e outros movimentos sociais internacionais, a maior facilidade (em comparação com os governos intermediários) com que podem criar redes transnacionais políticas e técnicas entre eles e com outros atores, assim como o maior grau de politização das ações das administrações municipais no exterior são elementos a favor do argumento de que os governos municipais estão menos condicionados pelas responsabilidades da soberania do que os intermediários. (SALOMÓN, 2011, 272)

Entre as principais atividades componentes da paradiplomacia estão a cooperação transnacional com outros governos subnacionais - podendo esta ser técnica ou política, multilateral ou bilateral - e a promoção comercial e econômica no exterior. Todavia, os países em desenvolvimento estão construindo suas próprias versões de paradiplomacia visando o desenvolvimento local, principalmente na busca por recursos internacionais (SALOMÓN, 2011). Para Yahn Filho (2011, 53),

As cidades e regiões procuram assumir um papel estratégico nas relações internacionais, de forma complementar ao papel do Estado, a fim de garantir investimentos externos e tomar a iniciativa de políticas de cooperação no âmbito subnacional. E, ao redor do mundo, redes de cidades e regiões formam uma paradiplomacia eficiente e capaz de trazer soluções para os problemas locais.

É nesse contexto de aumento expressivo da atuação internacional dos atores subnacionais que surgiu um novo desafio para o estudo das Relações Internacionais: compreender a motivação e a forma de inserção internacional desses atores. Neste sentido, houve gradativamente o aumento dos estudos sobre o tema, principalmente no que tange à paradiplomacia. Conforme Junqueira (2018, 49), “Centros de pesquisas, instituições acadêmicas e comunidades epistêmicas começaram a pesquisar e publicar resultados versando sobre internacionalização de governos subnacionais.”

Entendendo-se que a atuação paradiplomática difere em motivação e forma em cada país, surge a necessidade de se criar instrumentos de compreensão da atuação paradiplomática específica e adequada à realidade brasileira, inserida na perspectiva de “Paradiplomacia do Sul” - normalmente receptora de projetos e recursos, voltada para o desenvolvimento local -, sendo que a paradiplomacia municipal cresceu mais depressa do que a estadual (até mesmo pela relação com a soberania apontada anteriormente), justificando a relevância do presente trabalho para o campo e o foco nos governos municipais. Além disso, Mercher e Pereira (2018) identificam que os estudos em paradiplomacia nas relações internacionais podem correr o risco de ignorar fatores internos das cidades, observando apenas sua atuação internacional, de forma que buscarei exatamente identificar estes fatores internos. Igualmente, conceber a paradiplomacia como importante instrumento para o desenvolvimento local nas cidades brasileiras torna necessário a ampliação de estudos que permitam compreendê-la.

Através da observação de que algumas cidades no Brasil (como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador) se destacam quando o assunto é paradiplomacia, enquanto outras não possuem atuação paradiplomática expressiva (como Goiânia, Maceió e Porto Velho) (RIBEIRO, 2009), busco responder aos seguintes questionamentos: quais são os principais elementos internos impulsionadores - no sentido de intensificar e permitir a manutenção - da atuação paradiplomática das cidades brasileiras? Por que esses elementos são importantes para o desenvolvimento da paradiplomacia por parte dos governos municipais? Como hipótese inicial, argumento que o impulsionamento é possível devido à existência de um conjunto de elementos que se concentram em quatro grandes grupos, sendo eles: localização geográfica; institucionalização; fatores políticos; e fatores sociais e de mercado.

No que tange à localização geográfica, podemos observar que as disparidades regionais existentes no Brasil devem favorecer cidades de algumas regiões em detrimento de outras. Por outro lado, entendendo a paradiplomacia como um instrumento de desenvolvimento local, a busca pela superação das desigualdades regionais também pode funcionar como impulsionadora da atuação paradiplomática. Com relação à institucionalização, compreendo a existência de um órgão responsável pelas relações internacionais do município, como uma secretaria, núcleo ou divisão, e a existência de um Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores. A institucionalização é um elemento que permite manter planos de atuação de longo prazo, diminuindo os impactos das oscilações provenientes das trocas de governo. Assim, se insere o terceiro elemento, ligado aos fatores políticos, pois o interesse do governo municipal é base para qualquer atuação paradiplomática. Nesse sentido, é importante observar a existência de uma agenda municipal de Relações Internacionais e a influência de partidos políticos nas estratégias de paradiplomacia municipal. Finalmente, indico um quarto elemento como impulsionador da atuação paradiplomática dos governos municipais, que seriam os fatores sociais e de mercado, onde observa-se a ingerência de atores não-governamentais, como empresariado e sociedade civil organizada, além do nível de comércio exterior existente naquele município.

A partir do método hipotético-dedutivo, busco comprovar a hipótese inicial para o problema identificado através da aplicação da teoria em caso empírico, tendo como principais fontes de informação artigos, livros, teses, dissertações e publicações em periódicos acerca da paradiplomacia no Brasil. Para tal, farei inicialmente uma revisão bibliográfica, traçando os principais elementos apontados no desenvolvimento da atuação paradiplomática de municípios brasileiros. Em um segundo momento, apresentarei exemplos de paradiplomacia em cidades de

outros países que já possuem uma atuação paradiplomática bem consolidada e provedora de recursos, como Estados Unidos, Canadá e Argentina. Finalmente, utilizarei o estudo de caso comparativo, analisando o conjunto dos elementos concentrados na hipótese (localização geográfica, institucionalização, fatores políticos e fatores sociais e de mercado) em dois grupos: 1) cidades com atuação paradiplomática intensa - conforme Ribeiro (2009): São Paulo e Porto Alegre - e 2) cidades com atuação paradiplomática incipiente ou inexistente - conforme Ribeiro (2009): Goiânia e Maceió. A escolha dessas cidades se deu por dois motivos: a) considerando que todas são capitais, buscarei as similaridades no grupo 1, em contraposição ao grupo 2; b) as cidades representam regiões diferentes do país.

O objetivo geral desta pesquisa versa sobre a necessidade de identificar os principais elementos internos às cidades brasileiras que funcionam como impulsionadores de sua atuação paradiplomática - permitindo não apenas a intensificação dessa atuação, mas também sua permanência ao longo do tempo como parte da agenda dos governos locais - demonstrando a importância desses elementos no desenvolvimento da paradiplomacia municipal. Como primeiro objetivo específico, decorrente do objetivo geral, busco identificar na bibliografia existente os principais elementos apontados como indicadores de paradiplomacia, traçando os elementos comuns e, no caso de estudos aplicados a algum município específico, excluindo a especificidade de cada cidade. Outrossim, faz-se necessário observar, através de exemplos internacionais, como a atuação internacional está presente em cidades de outros países que já desenvolvem uma paradiplomacia intensa e consolidada. O terceiro objetivo é aplicar os elementos à realidade de capitais brasileiras com dois diferentes níveis de paradiplomacia: intensa e inexistente/incipiente, observando se eles se adequam aos quatro conjuntos mencionados na hipótese. Finalmente, cabe demonstrar a relevância desses elementos no desenvolvimento da atuação paradiplomática dos governos municipais brasileiros.

## **2 UM PANORAMA SOBRE A PARADIPLOMACIA NAS CIDADES BRASILEIRAS**

Inicialmente, é importante precisar que a compreensão de “paradiplomacia” orientadora deste trabalho segue a visão de Salomón (2011) e Mercher e Pereira (2018), ou seja, entendo a paradiplomacia como a implementação da política externa de um governo subnacional, que por sua vez é composto de governos intermediários (estaduais, regionais etc.) e governos municipais. Segundo Mercher e Pereira (2018), com os avanços dos processos de descentralização no Brasil, diversas cidades e estados federados passaram a possuir coordenadorias ou secretarias de relações internacionais e a participar de redes e organizações

ao redor do mundo. No que tange à perspectiva histórica do desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil, Iser (2013) destaca a importância da redemocratização e os benefícios que a Constituição de 1988 propiciou aos governos subnacionais, através da maior descentralização e autonomia das unidades federadas.

A partir da década de 1980, os textos normativos no direito internacional passaram a considerar o papel das localidades no desenvolvimento econômico e social dos Estados, conforme nos mostra Santos (2010). Ainda na perspectiva de Santos (2010), com os projetos promovidos por organizações internacionais cujos principais executores são os governos locais, a partir dos anos 1990 o status jurídico das cidades no direito internacional se fortaleceu, passando cada vez mais a serem tratadas como um nível distinto de governo:

Em parte, esta alteração resulta da aceleração da interdependência global e das amplas mudanças jurisprudenciais da clássica concepção do direito internacional, que vão em direção a uma crescente atenção internacional para as entidades subnacionais em vez de dar atenção somente aos Estados nacionais. Mas a mudança também é produto dos esforços das próprias cidades, das ações das organizações de direitos humanos e das instituições financeiras internacionais e do enunciado dos recentes acordos internacionais. (SANTOS, 2010, 74)

Dessa forma, observamos que os municípios vêm ganhando destaque no direito internacional, como pode-se verificar, por exemplo, na Carta Europeia de Autonomia Local (CEAL), na Agenda 21 e na Convenção de Madri sobre Cooperação Transfronteiriça (CMCT). A referida autora explicita que a CEAL e a CMCT atribuem direitos e deveres específicos às entidades subnacionais e locais, enquanto a Agenda 21 recomenda o desenvolvimento e o fortalecimento de mecanismos envolvendo as autoridades locais para assegurar a proteção ambiental. A proteção ambiental e a gestão de recursos naturais certamente se configuram como áreas nas quais as localidades possuem direitos e objetos de regulação, pois devido aos diversos tratados e acordos nacionais que versam sobre essas áreas, as cidades foram obrigadas a cooperar entre si e autorizadas a participar de acordos para melhor utilização dos recursos.

Santos (2010) ainda coloca que a atribuição de direitos e deveres aos municípios no plano internacional faz com que as normas de direito internacional os incluam cada vez mais nas regulamentações. Essa atribuição tem se dado principalmente através de programas promovidos por organizações internacionais que são destinados e/ou executados pelos governos locais e através dos acordos realizados pelos próprios governos locais com entidades estrangeiras (privadas, subnacionais, nacionais ou organizações internacionais). Os governos

municipais, principalmente de cidades grandes e médias, também passaram a desenhar estratégias de inserção internacional muitas vezes desvinculadas da União. Conforme Iser (2013), com as primeiras manifestações de vinculação internacional dos governos subnacionais, o governo central e o Itamaraty reagiram com certo desconforto devido à crença de que essas vinculações geravam situações irregulares, já que todo acordo internacional, constitucionalmente, é atribuição do Estado e deve ser aprovado pelo Senado Federal. Entretanto, logo observa-se maior aceitação da paradiplomacia por parte do Estado nacional, aliado ao contexto explicitado anteriormente de maior relevância das entidades subnacionais no direito internacional.

Conforme Vigevani (2006), os estudos em geral demonstram que governos democráticos e, preferencialmente, sistemas federativos são ambientes importantes para a existência de paradiplomacia, sendo que o Brasil se enquadra em ambas as categorias com a retomada à democracia entre 1985 e 1990. O papel dos governos subnacionais brasileiros com relação ao desenvolvimento e planejamento sugere que a absorção da dinâmica internacional e regional em suas ações se torna cada vez mais relevante. Outro fator relevante que viabilizou o debate sobre a atuação internacional desses governos é o movimento transfronteiriço e os processos de integração regional:

No Brasil, embora de forma modesta, verificou-se essa situação em algumas iniciativas surgidas a partir do processo de integração Argentina-Brasil, portanto depois de 1985; e, no quadro do Mercosul, também em relação ao Paraguai e ao Uruguai, assim como à Bolívia. (VIGEVANI, 2006, 128)

Iser (2013) observa que já na década de 1990 o governo brasileiro buscava fomentar a coesão das agendas internacionais dos estados e municípios com a agenda da União através da diplomacia federativa, termo utilizado para tratar a atuação internacional dos entes federados e a articulação com os governos subnacionais no que se refere à política externa. Miklos (2011, 87) acentua que com a criação da diplomacia federativa em 1995, o Estado brasileiro buscava “aproximar a chancelaria brasileira de governos estaduais e municipais e permitir a coordenação - e, no limite, o controle - da atuação internacional de unidades subnacionais brasileiras.” A autora observa que a diplomacia federativa surge da inevitável necessidade de incorporar a dimensão subnacional nos debates, formulação e execução da política externa brasileira. Ainda segundo Miklos (2011), a partir da política da diplomacia federativa, torna-se possível afirmar que o Estado deu legitimidade à inserção internacional de suas unidades constituintes. Entre as primeiras iniciativas do Ministério de Relações Exteriores brasileiro nesse contexto, houve o

estabelecimento de um Escritório de Representação no Rio Grande do Sul em 1995 (e posteriormente em outras regiões do país) e a criação da Assessoria de Relações Federativas em 1997, tendo como principal função intermediar as relações entre o Itamaraty e os governos subnacionais, assessorando-os em suas relações externas.

Com a entrada do governo Lula, a Assessoria foi substituída pela Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, porém sem alteração de seu objetivo principal. Ainda neste governo, houve a criação da Assessoria de Cooperação Internacional Federativa junto à Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais. A Assessoria visava a construção de uma cooperação internacional federativa por meio da maior integração entre os governos subnacionais, que se daria por meio de debates entre eles, entidades da sociedade civil e órgãos governamentais nacionais, como mostra Meireles (2016). Assim, observa-se que a desconfiança e indiferença do governo nacional com relação à atuação paradiplomática dos governos subnacionais se converteu em incentivo e valorização, desde que ela esteja em consonância com a Política Externa do país, enxergando-a como uma forma de inserção da sociedade brasileira no mundo globalizado (NUNES, 2005).

Prado (2018) apresenta uma importante discussão conceitual a respeito do termo paradiplomacia e indica, em seu trabalho, que as ações dos governos subnacionais no tendem a ser cooperativas e complementares ao governo federal no Brasil. Entretanto, é possível identificar casos em que as atividades dos governos subnacionais geraram atritos importantes com o governo federal. Yahn Filho (2011, 53) também destaca que a paradiplomacia pode entrar em confronto com a política externa do Estado, “mesmo que a primeira tenda a abranger temas de “baixa política” (meio ambiente, comércio, etc.), enquanto a segunda continue a tratar de temas de “alta política”, tal como segurança nacional.” O autor reforça a necessidade de que o Estado coordene a paradiplomacia, ao mesmo tempo que amplie a autonomia dos atores subnacionais.

Desse modo, a atuação, os convênios e acordos realizados por parte dos governos subnacionais brasileiros ainda carecem de respaldo jurídico, sem que existam competências bem definidas ou total reconhecimento legal para as vinculações internacionais estabelecidas por esses governos. O que Nunes (2005) nos aponta com relação à Constituição de 1988 é que a representação externa do país se mantém exclusivamente pelo Presidente da República, todavia não existe proibição para que os entes subnacionais atuem externamente, desde que tratem de assuntos relacionados às suas competências constitucionais. Nesse contexto, Vigevani (2006) destaca a necessidade de estabelecimento de um marco jurídico-institucional



com relação à paradiplomacia em qualquer perspectiva que considere relevante o papel do Estado nacional. Morais (2011) relata algumas tentativas de regulamentação da paradiplomacia. A primeira se deu através da Proposta de Emenda Constitucional nº475/2005, de autoria do Deputado Federal André Costa, do Partido Democrático Trabalhista do Rio de Janeiro, objetivando permitir que os estados federados, o distrito federal e os municípios brasileiros pudessem promover atos e celebrar acordos ou convênios internacionais, desde que dentro de suas competências legais. A segunda proposta veio no mesmo sentido, por meio do Projeto de Lei nº 96/2008. Ambas foram negadas, de forma que a paradiplomacia continua sem aparato jurídico no Brasil, em contraposição a países onde a atuação paradiplomática é regulamentada, como na Argentina.

Conforme apontado por Vigevani (2006), a ação paradiplomática dos atores subnacionais constitui uma necessidade política dos governos, grupos dirigentes, elites locais e, de forma geral, da sociedade. No Brasil, a ampliação da atuação externa dos governos subnacionais certamente se relaciona com a visão de que eles são agentes de desenvolvimento econômico. Na perspectiva de Salomón (2011), concebendo a paradiplomacia como implementação da política externa dos atores subnacionais, verifica-se que os mesmos estão sujeitos à influência de diversos atores da sociedade civil, como movimentos empresariais ou organizações de cidadãos. Neste sentido, tendem a ver práticas institucionalizadas de paradiplomacia como uma forma de trazer benefícios para suas comunidades, satisfazer demandas, necessidades ou interesses de grupos do empresariado local e da sociedade civil, ou simplesmente para seu próprio prestígio político.

A autora destaca o ativismo de movimentos sociais bem organizados como um determinante da política externa subnacional e aponta, ainda, que a responsabilidade cada vez maior dos governos subnacionais no desenvolvimento os tem levado a traçar suas próprias políticas econômicas, incluindo a atração de investimentos e a promoção comercial das empresas no exterior. Além disso, têm buscado o desenvolvimento de agendas de cooperação técnica e política junto a outros atores internacionais, bem como a obtenção de recursos junto a agências internacionais. Dessa forma, pode-se verificar a presença de dois elementos impulsionadores da atuação paradiplomática nas cidades brasileiras: fatores políticos e fatores sociais e de mercado. Mercher e Pereira (2018) destacam, no que se refere ao mercado, o interesse comercial privado, os fluxos financeiros e as bases econômicas da cidade.

Ainda no que se refere aos fatores sociais e de mercado, Ribeiro (2009) indica que instâncias municipais de relações internacionais evidenciaram envolver, ao definir áreas de

prioridade para atuação internacional, atores não estatais como ONGs, empresários locais, associações e academia, mesmo que com baixa frequência. Mercher e Pereira (2018), no esforço de desenvolver um modelo de Análise de Paradiplomacia aos moldes da Análise de Política Externa enquanto política pública e aplicá-lo ao município Rio de Janeiro, também indicam a participação empresarial e social como fator relevante. Já com relação aos fatores políticos, os autores abordam as políticas de gestão, principalmente a relação entre gestores e a formulação de políticas públicas. A compreensão da paradiplomacia enquanto política pública também fica clara no seguinte trecho de Yahn Filho (2019, 76):

Desta forma, as políticas públicas desempenhadas por meio de comportamentos meramente reativos ou ad hoc, sem objetivos definidos e não incluídas em qualquer estratégia externa mais estruturada, que façam parte de uma atividade planejada, ainda que essas almejem uma articulação internacional, não configuram uma política pública estrategicamente concebida – a paradiplomacia –, antes, sim, são mera *policy-making strategy*.

Para o autor, a paradiplomacia - enquanto política pública estrategicamente concebida e como um dos treze fatores de internacionalização indicados por Panayotis Soldatos - é um elemento propiciador de uma inserção internacional ativa. Na perspectiva de Kleiman e Cezario (2011), o interesse político do governante e o planejamento da política internacional subnacional são fatores relevantes, aliados à contratação e investimento em equipes qualificadas e uma gestão orientada para resultados: “a experiência demonstra que a necessidade de se constituir uma política internacional mais consistente a partir do governo local prescinde de uma estrutura mínima de coordenação e gestão.” (KLEIMAN; CEZARIO, 2011, 315)

Com relação à institucionalização, diversos autores destacam a criação de estruturas institucionais específicas de relações internacionais no aparato administrativo dos governos subnacionais. Salomón (2011) observa que, após a aprovação da Constituição de 1988, o número de municípios com as estruturas mencionadas, mesmo que a um ritmo lento, aumentou. Entretanto, como nos mostra Ribeiro (2009, 79), a tendência à institucionalização é mais forte nas regiões Sul e Sudeste, tangenciando o elemento da localização geográfica:

Outro aspecto interessante, porém não surpreendente e apreendido neste momento preliminar da pesquisa é a presença preponderante destas estruturas nas regiões que constituem o eixo econômico brasileiro, ou seja, o eixo Sul-

Sudeste. Estas duas regiões abrigam quase 76% dos aparatos municipais com atribuições voltadas para o tratamento de questões internacionais

No que tange especificamente ao elemento da localização geográfica, Ribeiro (2011) demonstra que as disparidades regionais influenciam diretamente a realidade paradiplomática dos municípios brasileiros, não apenas por conta da concentração dos aparatos institucionais, mas também por conta da qualificação dessas estruturas, seu *status* no sistema público municipal, os motivadores, a intensidade e a qualidade da atuação municipal desenvolvida. É importante ressaltar, ainda, que a manutenção de uma estrutura específica para relações internacionais implica em custos, evidenciando um efeito das disparidades econômicas regionais. Para além de concentrar 76% dos municípios com instituições dentre os 70 municípios pesquisados, o eixo Sul-Sudeste ainda concentrava 50% dos municípios que exerciam alguma atuação paradiplomática até o ano de 2009 sem estrutura específica voltada para tal. Já a região Nordeste apresentou 13,8% de municípios com alguma estrutura de relações internacionais e 32% das cidades com atuação paradiplomática sem estrutura específica. Nas regiões Norte e Centro-Oeste apenas 9% dos municípios selecionados apresentou alguma atuação paradiplomática. O Norte ainda apresentou 10,3% dos municípios com alguma estrutura específica, enquanto o Centro-Oeste não apresentou nenhum. Além disso, a pesquisa aponta que todas as capitais do Sul-Sudeste possuem atividade paradiplomática.

Prado (2018) demonstra que há variações no grau de envolvimento dos atores subnacionais no Brasil, sendo que cada região acaba considerando necessidades específicas no estabelecimento de suas prioridades. A autora destaca, no entanto, que o envolvimento desses governos ocorre com maior diversificação e intensidade na região Sudeste, “por meio de mecanismos de articulação tais como: a cooperação técnica, a promoção comercial, o investimento e o fortalecimento político das regiões por meio da participação em redes internacionais de cidades.” (PRADO, 2018, 143)

Além disso, Ribeiro (2009) indica que houve um aumento substancial das estruturas voltadas para relações internacionais a partir de 2003, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Salomón (2011) traz a perspectiva de que o número de novas estruturas cresceu no Norte e Nordeste nesse contexto, rompendo com a pauta tradicional. No que tange especificamente ao Partido dos Trabalhadores (PT), observa-se que os prefeitos petistas têm maior participação no movimento internacional de cidades, que por sua vez conta com a preponderância de líderes de esquerda. Conforme Araujo (2012), a literatura voltada para a compreensão do papel da política doméstica na política internacional é escassa. Porém, a

argumentação da autora é de que o partido político dos governantes exerce influência sobre as estratégias de paradiplomacia, implicando em descontinuidade das políticas municipais e modificando os objetivos e eixos de atuação. Nesse sentido, a influência partidária pode ser percebida na forma como a paradiplomacia dos municípios é desenvolvida, nas atividades que são priorizadas e nos resultados desejáveis. Em concordância com Salomón, Araujo atenta para o histórico internacionalista do PT, confirmando a tendência do partido em estimular a ação dos atores subnacionais, tema que geralmente faz parte de sua agenda e de seus planos de governo.

De forma geral, as principais funções desempenhadas pelas estruturas de relações internacionais nas cidades brasileiras envolvem cooperação internacional, captação de recursos e promoção comercial e econômica. A institucionalização colabora para a transparência e controle democrático das ações desenvolvidas e para processos mais sinérgicos de projetos e dinâmicas conjuntas de redes municipais, segundo Ribeiro (2009). A autora aponta que as estruturas de relações internacionais no Brasil em geral situam sua atuação nas seguintes áreas: busca da inserção internacional dos municípios; desenvolvimento local; cooperação descentralizada e parcerias; assessoria em relações internacionais; soluções para questões do município; e atração de investimentos e recursos. Conforme Ribeiro (2009, 109):

As instâncias municipais de RI evidenciaram ainda envolver, porém com baixa frequência, associações, ONGs e empresários locais para a definição de prioridades das ações no cenário internacional, além da Academia, esta em patamar inferior a todos os outros atores questionados.

Observa-se que a institucionalização pode funcionar como uma porta para ampliar o contato entre governos municipais e os fatores sociais e de mercado anteriormente mencionados. No entanto, a autora menciona a baixa frequência do envolvimento dos outros atores, ou seja, é preciso traçar estratégias para a intensificação dessa relação, uma vez que a paradiplomacia pode ser substancialmente melhor desenvolvida quando bem recebida pela população, tal qual outras políticas públicas.

A importância da institucionalização ainda se verifica em sua capacidade de sobrevivência, em muitos casos, às mudanças políticas nos governos, diminuindo os efeitos de *stop and go* - alternância entre períodos em que os governos subnacionais desenvolvem estratégias de paradiplomacia, normalmente com apoio de estruturas internacionais, e períodos em que as estratégias e estruturas desaparecem - apontados por Vigevani (2006). Mercher e Pereira (2018) também demonstram que os estudos partidários podem apontar para rupturas e

continuidades, além de destacarem a existência de instituições relacionadas à prefeitura voltadas para assuntos internacionais como indicador importante para análise. Para Salomón e Nunes (2007), ao desenvolver um estudo sobre as variáveis domésticas da atuação paradiplomática e aplicá-lo ao município de Porto Alegre e ao Estado do Rio Grande do Sul, a criação deste tipo de aparato administrativo está relacionada à intensificação da atuação internacional e ao desejo de agir mais organizadamente.

Com base na bibliografia exposta, é possível observar a preponderância dos quatro conjuntos de elementos que baseiam minha hipótese: localização geográfica, com atenção às disparidades regionais, que se conecta à institucionalização, com o aumento da criação de estruturas específicas de relações internacionais e sua relevância para os fatores políticos, onde se destaca o interesse do governante na atuação internacional do município, que por sua vez estão ligados aos fatores sociais e de mercado, principalmente com relação à ingerência de grupos da sociedade civil organizada e do empresariado, satisfazendo às demandas desses grupos. Assim, considero que, para que esses elementos realmente funcionem como impulsionadores da atuação paradiplomática, eles precisam existir em conjunto, mesmo que um ou outro apareçam em menor ou maior grau a depender das especificidades de cada município, de forma que a paradiplomacia realmente possa ser parte da agenda dos governos locais como motor de desenvolvimento.

### **3 EXEMPLOS INTERNACIONAIS DE PARADIPLOMACIA**

Como alguns países destaque em paradiplomacia, podemos citar Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Bélgica, Suíça, Argentina, Brasil, México, África do Sul, Índia e Rússia, como o faz Junqueira (2018). Este item do artigo se concentra em três desses países: Canadá, Estados Unidos e Argentina. A intenção é exemplificar como se dá o funcionamento da paradiplomacia em países em que a mesma pode ser considerada bem consolidada quando observada historicamente. Junqueira (2018) aponta que, apesar de existirem casos de Estados mais centralizados com ampla margem de atuação internacional dos atores subnacionais, é no sistema federativo que se debate mais ativamente a questão da autonomia, de forma que os entes subnacionais são reconhecidos em termos de poderes próprios.

#### **3.1 Canadá**

Segundo Iser (2013), no Canadá as províncias devem dividir com o ente central, como postulado na constituição canadense, a responsabilidade pelo desenvolvimento e crescimento econômico, de forma que a atuação paradiplomática tem complementado os interesses do governo central. O aumento das exportações e a atração de investimentos são vistos como geradores de emprego e fomentadores de crescimento econômico. Os governos provinciais atuam direta e ativamente nas negociações internacionais do país. Quebec - que é destaque na paradiplomacia canadense - instituiu, em 1982, um representante em Paris e possui atualmente diversos escritórios de representação no exterior.

Conforme Jesus (2017), Toronto, desde o início dos anos 2000, investe em documentos de trabalho para posicionar-se como uma cidade criativa. A cidade foi reconhecida como uma cidade mundial e uma economia regional. No âmbito paradiplomático, Toronto objetiva captar benefícios econômicos das conexões e da diversidade global, além de ampliar o investimento, o comércio exterior e o turismo, promovendo-se em mercados internacionais estratégicos. A cidade adotou uma política de incentivo à realização e atração de grandes eventos, com grande foco na arte e cultura. Para o autor:

A cidade canadense reúne todos os demais determinantes de uma ação paradiplomática mais assertiva, como o fortalecimento de burocracias municipais no tratamento de temas internacionais, a gestão de problemas locais pela burocracia do governo central, a autonomia subnacional para a condução de atividades internacionais e a interdependência entre a cidade e atores externos em iniciativas bilaterais e multilaterais, como colocado por Soldatos (1990). (JESUS, 2017, 61)

Com base nisso, pode-se verificar que a paradiplomacia em Toronto possui uma estrutura sólida, inserida, conforme Vital (2016), em três departamentos de forma descentralizada, sendo eles: Departamento de Políticas Corporativas e Estratégicas; Comitê Executivo; e Departamento Econômico e de Cultura. Além disso, a cidade canadense conta com uma agência pública denominada *Invest Toronto*, criada pelo conselho da cidade (City Council) para envolver o setor privado em atividades de marketing e promocionais, visando aumentar o investimento comercial e criar empregos na cidade. A agência trabalha através da promoção e publicidade para investimentos comerciais em setores-alvo, da organização e participação em missões comerciais e da coordenação de iniciativas com outras agências e empresas do setor público (TORONTO, 2019).

### 3.2 Estados Unidos

Salomón (2011) ressalta o ativismo de movimentos sociais bem-organizados como um determinante importante da política externa subnacional. No caso dos Estados Unidos, o movimento da “política externa municipal” tem sido fonte de muitas declarações políticas e ações de prefeituras em determinadas áreas da política externa oficial estadunidense. Em geral, grupos organizados da sociedade civil pressionam as autoridades locais a oferecerem cooperação e frequentemente colaboram na gestão dos projetos.

Nos Estados Unidos, Iser (2013) aponta que os governos locais e estaduais têm se dedicado ativamente à defesa dos setores econômicos sob sua jurisdição. Quase todos os estados norte-americanos possuem escritórios de representação no exterior, o que contribui para o comércio e para a atração de investimentos. Com o advento da globalização, há a percepção de que é extremamente vantajoso que os governos subnacionais somem seus esforços no incremento da política externa do país. A cidade de Nova York é destaque no desenvolvimento intenso da paradiplomacia municipal. Como um exemplo da força da atuação internacional da cidade, segundo a Redação WR? (2019), pode-se citar a iniciativa de se comprometer a adotar o Acordo de Paris - um documento global para mitigação das mudanças climáticas estabelecido em 2015 - independentemente do anúncio de retirada dos Estados Unidos.

Em sua estrutura institucional, a cidade conta com o Gabinete do Prefeito para Assuntos Internacionais (New York City Mayor's Office for International Affairs), que é responsável pela promoção e incentivo à relações positivas e colaboração entre as agências e bairros locais de Nova York e a comunidade internacional, focando em compartilhamento de políticas e melhores práticas da cidade no mundo. O gabinete ainda responde às solicitações de governos estrangeiros, da ONU e do Departamento de Estado dos Estados Unidos, assessora as agências da cidade em questões diplomáticas e consulares, fornecendo orientação diplomática e consular. Outra função do gabinete é administrar o Departamento de Estado Diplomático da Cidade de Nova York/U.S. (City of New York/U.S. Department of State Diplomatic) e o “Consular Parking Program” (NOVA YORK, 2019).

O gabinete ainda administra alguns programas. O “Connecting Local to Global” ajuda a unir a comunidade diplomática e consular de Nova York à cidade em que vivem e servem. O “NYC Junior Ambassadors” busca alavancar as Nações Unidas como um recurso para os alunos da sétima série de Nova York e capacitar os alunos dos cinco distritos da cidade a se envolverem ativamente com as Nações Unidas. Finalmente, o “Global Vision | Urban Action” procura destacar as sinergias entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as iniciativas

locais de sustentabilidade e desenvolvimento da cidade contidas no “OneNYC: The Plan for a Strong and Just City”, constituindo uma plataforma para compartilhar informações e criar soluções inovadoras para desafios que podem ser adotados local e globalmente (NOVA YORK, 2019).

### 3.3 Argentina

A Argentina possui, conforme apontado por Iser (2013), um modelo institucionalizado de paradiplomacia. Desde 1994, alterações constitucionais delegam direitos às províncias, tais como celebrar convênios internacionais convergentes com a política externa do país, celebrar tratados parciais para fins de desenvolvimento econômico e industrial e estabelecimento de órgãos e regiões para fins de desenvolvimento econômico e social. A normatização e legitimação da atuação internacional das províncias argentinas lhes permitiu desenvolver um grande ativismo internacional e o estabelecimento de escritórios de representação no exterior. Iser (2013, 35) demonstra que, com a normatização, “A paradiplomacia se incrementou e se ampliou, sempre visando o desenvolvimento local e regional, mas sem se descuidar dos interesses do Estado central”.

Maia e Saraiva (2016) apontam para o contexto de redemocratização na Argentina, com retorno à democracia em 1983 e a reforma constitucional de 1994, que abriu um horizonte de oportunidades às províncias aliado ao aprofundamento da globalização e o fim da Guerra Fria. Os autores ainda ressaltam a criação do Mercosul:

O processo de integração regional no âmbito do Mercosul (criado em março de 1994), também contribuiu para estimular as províncias argentinas a exercitar iniciativas paradiplomáticas. Este movimento de interação entre as províncias argentinas e estados brasileiros e departamentos uruguaios e paraguaios (estados unitários) evoluiu de tal sorte que levou à institucionalização dessa participação dos governos subnacionais, com a criação, em dezembro de 2004, do Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR) que veio a reforçar a iniciativa preexistente da rede de Mercocidades (MAIA; SARAIVA, 2016, 131-132).

Observa-se que o contexto de desenvolvimento da paradiplomacia na Argentina nos anos entre 1980 e 2005 foi influenciado por aspectos similares ao caso do Brasil, com destaque para a redemocratização e para a criação do Mercosul. Uma cidade destaque na paradiplomacia Argentina é Buenos Aires, que concentra a maioria dos fatores produtivos do país. A cidade é uma das mais ativas do país na captação de recursos externos. Buenos Aires conta com uma



Subsecretaria de Relações Internacionais e Institucionais, que auxilia o subsecretário nas relações internacionais da cidade e promove a articulação das relações da cidade com cultos, associações da sociedade civil e do setor privado. A subsecretaria também tem como função coordenar eventos públicos e protocolos e atua em coordenação com o Ministério do Governo em questões interjurisdicionais e políticas (BUENOS AIRES, 2019).

#### **4 AS CIDADES BRASILEIRAS**

No Brasil, apesar de os governos estaduais, começando por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, terem sido os primeiros a criarem estruturas institucionais de relações internacionais, foi a paradiplomacia municipal que apresentou um crescimento mais significativo. Salomón (2011) aponta para uma maior consciência da existência das relações internacionais e da paradiplomacia como campo específico e como instituição com determinadas práticas conceituais por parte das autoridades municipais de relações internacionais. Isso, segundo a autora, se deu pela influência do movimento internacional de cidades, em efervescência desde inícios da década de 1990 e com atividade especialmente intensa entre 1996 e 2004, e pela chegada do PT ao poder. Com relação ao último argumento, a autora aponta que os prefeitos mais ativos no movimento internacional de cidades têm sido petistas, à época Tarso Genro, de Porto Alegre, Marta Suplicy, de São Paulo, e posteriormente Elói Pietá, de Guarulhos. A cooperação internacional entre cidades e a difusão de boas práticas urbanas também se adequavam bem aos modelos inovadores de governo que o PT visava implementar.

Desde fins da década de 1980, muito antes de chegar ao governo federal, o PT passou a governar algumas grandes cidades brasileiras, como Porto Alegre e São Paulo. E foram precisamente essas cidades que desenvolveram uma política externa subnacional ou paradiplomacia de certa substância, com grande ênfase na cooperação internacional através das redes de cidades. (SALOMÓN, 2011, 292)

Neste item do artigo iremos analisar, então, exatamente as duas cidades indicadas no excerto acima como aquelas que desenvolveram uma paradiplomacia “de certa substância”, sendo elas São Paulo e Porto Alegre, buscando compreender ao máximo permitido pelo esforço de pesquisa como os elementos impulsionadores da paradiplomacia nas cidades brasileiras explicitados na hipótese (localização geográfica; institucionalização; fatores políticos; e fatores sociais e de mercado) se comportam nessas cidades, contrapondo-as à outras duas capitais com paradiplomacia ainda pouco significativa ou mesmo inexistente, sendo elas Goiânia e Maceió.

#### 4.1 Porto Alegre

O caso de Porto Alegre é extremamente relevante para compreensão do desenvolvimento da paradiplomacia em uma cidade brasileira. O Rio Grande do Sul e a cidade de Porto Alegre se encontram entre os primeiros estados e municípios do país a constituírem uma estrutura de relações internacionais, bem como estratégias de ação externa. Com relação aos fatores políticos, podemos verificar, conforme demonstrado por Salomón e Nunes (2007), a influência do governo PT na cidade de Porto Alegre. As autoras atentam para a permanência do partido no governo durante quatro gestões, de 1989 a 2004, permitindo colocar em prática uma ação externa estável e coerente. Como observamos no início do artigo, a troca de gestão muitas vezes implica em descontinuidade da agenda externa e até mesmo das atividades paradiplomáticas de um município. Desse modo, o fato de Porto Alegre ter gozado da gestão de um mesmo partido por 15 anos certamente colaborou para o desenvolvimento de uma paradiplomacia minimamente coesa e contínua.

No que tange à institucionalização, Porto Alegre conta com o Escritório de Representação no Rio Grande do Sul (ERESUL) e foi um município brasileiro pioneiro no estabelecimento de uma estrutura de coordenação de relações internacionais. Conforme Salomón e Nunes (2007), em 1994, sobre as bases do Gabinete Extraordinário para a Captação de Recursos (de 1993), o prefeito Tarso Genro estabeleceu a Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos (Secar), que passou a se chamar Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional em 1996, mas que incluía a coordenação da agenda de relações internacionais da prefeitura do município desde sua criação. A constituição do Gabinete foi importante para reivindicar, perante as agências internacionais, a possibilidade de negociar acordos diretamente e com o aval do governo central, sendo que Porto Alegre e São Paulo foram as primeiras cidades a obterem esse êxito.

Em meados de 1994, o prefeito Tarso Genro, apoiado pelo primeiro secretário da Secar, o sociólogo José Utzig, transformou o Gabinete de Captação de Recursos em uma secretaria permanente. Salomón e Nunes (2007) colocam que essa secretaria passou a abranger, teoricamente, a coordenação de todas as atividades internacionais da prefeitura, onde a captação de recursos ocupava um lugar de destaque, contando com duas coordenadorias. A secretaria contava com a Coordenadoria de Cooperação Internacional, que tinha como função supervisionar as atividades internacionais da prefeitura e das funções de comunicação e de relações públicas (preparação das viagens do prefeito e dos secretários, celebração de acordos

de cooperação com outras prefeituras ou agências, recepção de delegações estrangeiras, participação em organizações e redes, entre outras atividades).

Em 2001, o então prefeito da cidade, Tarso Genro, decidiu separar os dois setores da Secar e levar a parte de cooperação internacional para seu próprio gabinete, mas com a saída do PT da prefeitura em 2005 e sua substituição por uma coalizão de centro-direita as atividades internacionais voltaram a se reunir praticamente todas em um único órgão, que passou a se chamar Gabinete de Captação de Recursos e Investimentos (Captare), que manteve o modelo dual da Secar com uma nova ênfase em captação de recursos privados, adotando um processo de reconfiguração a partir de novas orientações políticas. Houve uma notável perda de poder político da secretaria em favor de outros órgãos da prefeitura, sendo que a mesma foi desmantelada em 2008. A cidade continuou sendo atuante nas estruturas de cooperação subnacional.

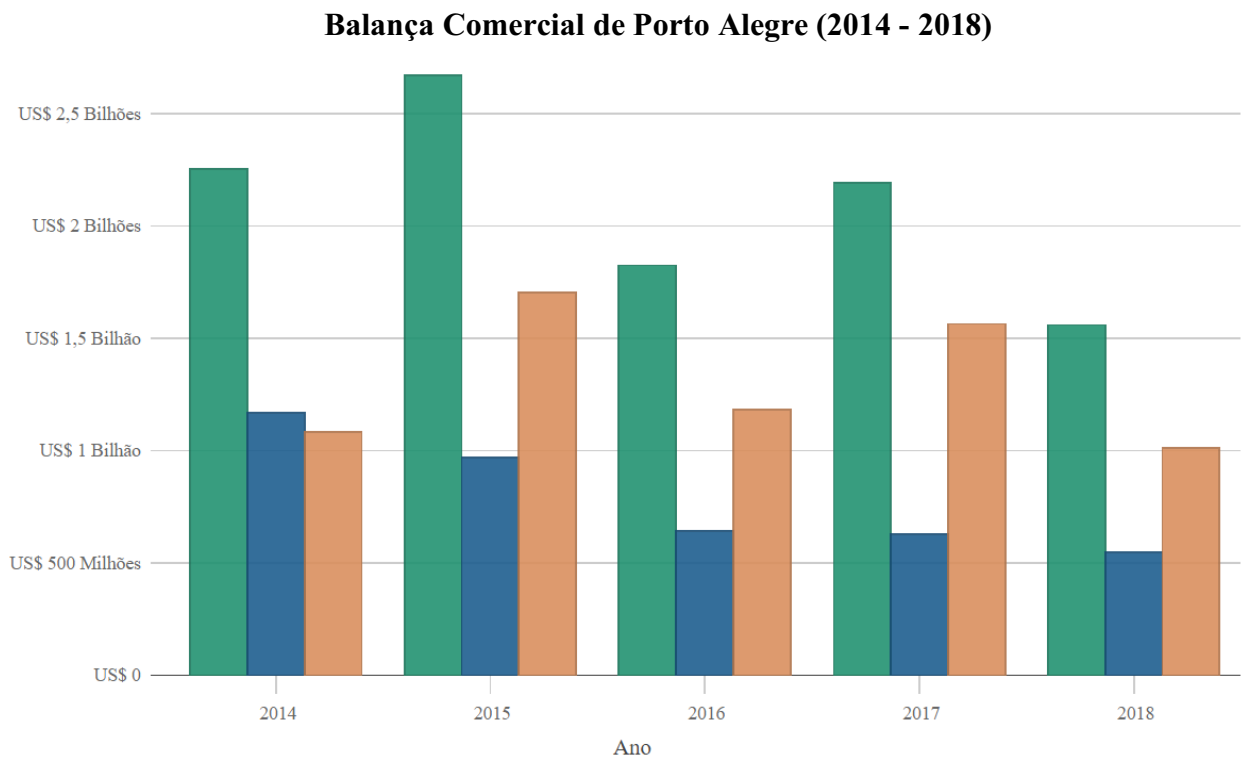
Porto Alegre conta hoje com a Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI), criada em 2017 com o intuito de representar, articular e defender interesses perante os diversos atores da sociedade. A SMRI “tem como propósito criar um ambiente político e institucional favorável, articulando os diversos atores da sociedade, antecipando tendências e cenários para potencializar e fomentar diferentes políticas públicas e prioridades de governo” (PORTO ALEGRE, 2019). A SMRI tem como finalidade:

- A) planejar, coordenar, articular e controlar as políticas interna e externa do município;
- B) formular as políticas de governança institucional;
- C) apoiar o prefeito municipal no relacionamento institucional;
- D) gerir os processos vinculados ao ciclo anual de operação do Orçamento Participativo e a relação com os Conselhos Municipais e de Governança Local, por meio da identificação de demandas da sociedade, e ainda, desenvolver, implementar e supervisionar projetos locais e territoriais, por meio dos canais de atendimento e dos Centros de Relações Institucionais e Participativas – CRIPs. (PORTO ALEGRE, 2019)

No que tange às relações internacionais, identifica-se que a secretaria busca planejar, coordenar, articular e controlar as políticas interna e externa do município, contando, em sua estrutura interna, com a Coordenação de Relações Internacionais e Federativas (CRIF).

Nas finalidades da SMRI também é possível identificar outro dos quatro elementos impulsionadores, o impacto dos fatores sociais e de mercado, observando-se a preocupação, no tópico D, com a identificação de demandas da sociedade e com o desenvolvimento de projetos

locais e territoriais por meio dos canais de atendimento e dos CRIPs, sendo que a secretaria ainda conta, em sua estrutura interna, com a Diretoria-Geral de Participação Cidadã (DGPC). Ainda com relação aos fatores sociais e de mercado, cabe observar os dados da balança comercial da cidade:



Fonte: Brasil, 2019a

No ano de 2018, Porto Alegre exportou cerca de 1.559,05 milhões de dólares e importou 547,48 milhões, obtendo superávit de 1.011,57 milhões de dólares e ocupando o lugar de 31º município no ranking de exportações do país e 73º no ranking de importações, segundo dados do Ministério da Economia (BRASIL, 2019a). Já com relação à localização geográfica, observa-se que Porto Alegre se encontra no eixo Sul-Sudeste citado anteriormente, o mais rico do país e que, não por acaso, é onde se encontram a maioria das estruturas burocráticas voltadas para relações internacionais. O estado do Rio Grande do Sul, onde está localizada a cidade, corresponde ao 4º estado brasileiro no ranking de exportações e ao 5º no ranking de importações (BRASIL, 2019b).

## 4.2 São Paulo

São Paulo é uma cidade paradigmática na paradiplomacia municipal brasileira. Mauad e Betsill (2019) a apontam como uma cidade global, definida como aquela capaz de superar seu local, contexto regional e nacional e se conectar com fluxos globais de pessoas, dinheiro e ideias. As autoras veem São Paulo como uma cidade conectada com a comunidade internacional independentemente de seu estado nacional, excedendo suas limitações locais e nacionais. Conforme Kleiman e Cezario (2011), a Secretaria de Relações Internacionais de São Paulo se tornou um paradigma por sua projeção, resultados, estruturação, influência nacional, regional e internacional entre as experiências de cidades brasileiras na área internacional. No elemento institucionalização, observamos que São Paulo conta com um Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores (ERESP) e com a Secretaria de Relações Internacionais, criada em 2001 em um governo do PT, assim como em Porto Alegre. Com a criação da secretaria, o governo municipal passou a atuar em diversos espaços internacionalmente, em agências internacionais e redes de cidades, estabelecendo contato com governos estrangeiros e valorizando as comunidades estrangeiras do município. Além disso, o governo passou a se promover como referência urbana e a investir fortemente no turismo de negócios.

Kleiman e Cezario (2011) ainda apontam que o êxito das ações em São Paulo levou outras cidades brasileiras a criarem pequenas estruturas e assessorias internacionais, visando obter benefícios políticos, técnicos e financeiros com essa nova modalidade de política municipal. O contexto político da época possibilitou a aproximação entre os prefeitos das principais cidades do Mercosul, que reunidas na rede de Mercocidades garantiram maior projeção à organização. No entanto, Salomón (2011) aponta, onde já se depreendem os fatores políticos, que com a substituição do PT pelo PSDB em 2005 no governo municipal, a orientação e o conteúdo das políticas mudaram radicalmente, sendo que os principais programas de cooperação foram cancelados e a promoção comercial e a atração de investimentos privados se tornaram a prioridade, mesmo com a permanência da responsável pela secretaria, uma diplomata profissional. Com isso, comparado também a Porto Alegre, observamos que a troca de partidos políticos afeta a forma como a paradiplomacia é conduzida, implicando em continuidade ou não das políticas anteriores. Nesse sentido, Mauad e Betsill (2019), ao analisar os governos de Serra, Kassab, Haddad e João Doria demonstram que, apesar da institucionalização ter provido bases legais para a ação internacional de São Paulo, ela não garantiu uma trajetória linear, estando sujeita às preferências políticas dos governantes.

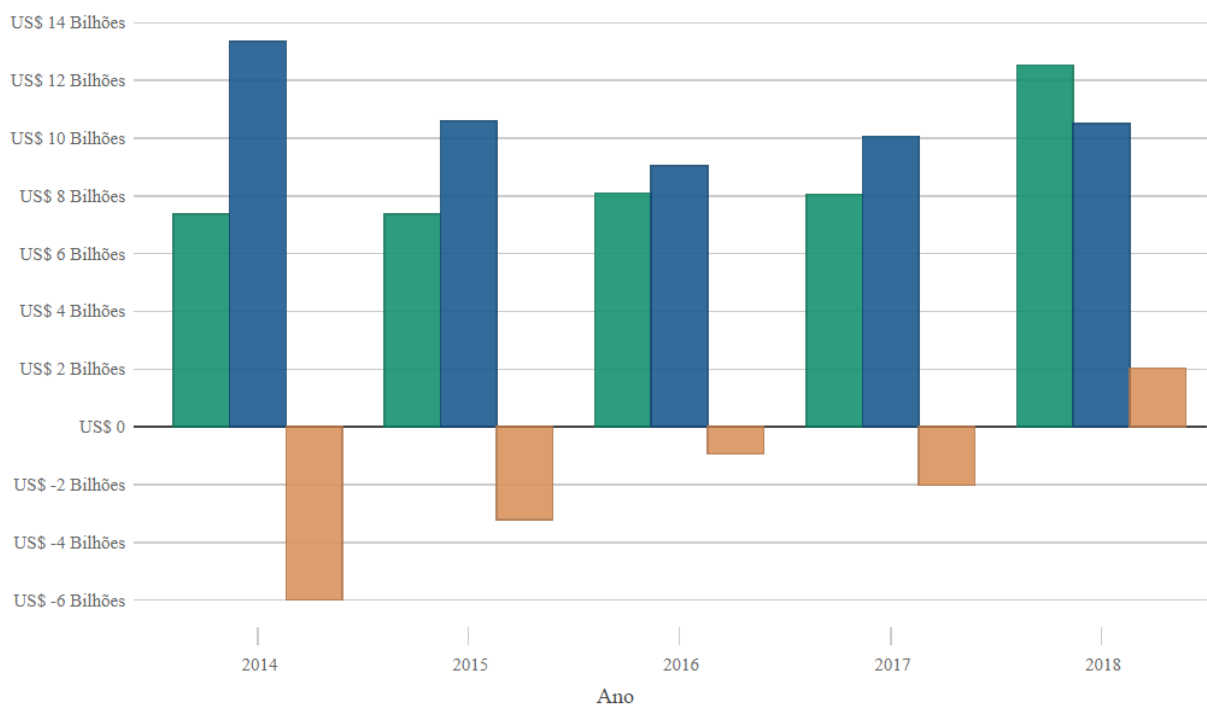
Com relação aos fatores políticos e à institucionalização, é possível confirmar através do trabalho de Araujo (2012) que a diferença entre os partidos influencia a inserção internacional e a paradiplomacia na cidade de São Paulo. O primeiro esforço em prol de uma institucionalização das relações internacionais foi feito pela prefeita Luiza Erundina (1989-1992), do PT, que criou a Assessoria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo. Entretanto, a Assessoria foi desmantelada pelo sucessor Paulo Maluf (1993-1996), do Partido Progressista. Apenas em julho de 2001 é que a então prefeita Marta Suplicy, do PT, inaugurou a Secretaria de Relações Internacionais. Conforme Araujo (2012, 57), durante a gestão de Marta Suplicy a Secretaria obteve resultados positivos, em que “a cidade tomou espaço no meio internacional, adquiriu prestígio, atraiu recursos, desenvolveu projetos em seu benefício e criou oportunidades de cooperação internacional para diversas outras secretarias da Prefeitura”. O foco da Secretaria de Relações Internacionais nessa gestão era a luta contra a pobreza urbana e a exclusão social através do meio internacional. Já na gestão de José Serra (2005-2006), do PSDB, a secretaria focou sua atuação na atração de investimentos e captação de recursos para a cidade. Na gestão de Gilberto Kassab (2007-2012), do DEM, o foco da secretaria passou a ser a promoção do desenvolvimento da cidade por meio da cooperação internacional e o fortalecimento da inserção internacional, visando a atração de investimentos internacionais públicos e privados. Para Mauad e Betsill (2019), a gestão de Haddad (PT) não esteve focada nas relações internacionais como prioridade, de forma que a secretaria esteve voltada para o contexto nacional e regional, passando a se chamar Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas. Já João Doria (PSDB), assumiu uma postura global e neoliberal, porém ele ficou apenas 15 meses no cargo, deixando para concorrer a governador.

Atualmente, a Secretaria de Relações Internacionais de São Paulo conta com uma Coordenação de Assuntos Internacionais Bilaterais (CAIB), que busca assessorar as relações internacionais bilaterais, identificar e promover ações conjuntas e de cooperação com órgãos e entidades estrangeiras e realizar ações de promoção internacional, prospecção de recursos bilaterais internacionais e ações de captação de investimentos. A secretaria também tem em sua estrutura a Coordenação de Assuntos Internacionais Multilaterais e Redes de Cidades (CAIM), que visa coordenar e acompanhar o relacionamento com organizações e entidades internacionais multilaterais e redes de cidades, identificar e promover ações conjuntas e de cooperação com organismos e fóruns multilaterais e realizar ações de promoção internacional, prospecção de recursos multilaterais internacionais e ações de captação de investimentos. Já a Coordenação de Missões e Projetos Internacionais (CMPI) tem como função organizar a

logística das missões internacionais do prefeito, do vice-prefeito e da secretaria, executar e acompanhar projetos internacionais, organizar, coordenar e apoiar a realização de eventos internacionais e identificar oportunidades de projetos, premiações, ações e boas práticas nacionais e internacionais. Finalmente, a secretaria ainda conta com a Coordenação de Comunicação, que foca na produção de releases sobre projetos da cidade, na produção de conteúdos que apresentam o potencial da cidade no exterior, na comunicação da área internacional com outros órgãos municipais, nacionais e internacionais, na atualização de notícias no site da secretaria sobre as ações de relações internacionais da prefeitura e no projeto de comunicação digital para projeção internacional da cidade via redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, LinkedIn, Youtube) (SÃO PAULO, 2019).

No que tange aos fatores sociais e de mercado, é possível verificar que a Secretaria de Relações Internacionais de São Paulo tem uma preocupação com a participação social na construção de políticas públicas, estabelecendo espaços e atividades para fomentar o diálogo com a população - conselhos e órgãos colegiados, conferências, audiências e consultas públicas, diálogos sociais, fundos e atividades de formação como seminários, palestras e oficinas (SÃO PAULO, 2019). Ainda no que tange os fatores sociais e de mercado, cabe analisar a balança comercial da cidade de São Paulo:

### Balança Comercial de São Paulo (2014-2018)



Fonte: Brasil, 2019a

No ano de 2018, São Paulo exportou cerca de 12.528,82 milhões de dólares e importou 10.494,48 milhões, obtendo superávit de 2.034,34 milhões de dólares e ocupando o lugar de 2º município no ranking de exportações do país e 1º no ranking de importações, segundo dados do Ministério da Economia (BRASIL, 2019a). Já com relação à localização geográfica, observa-se que São Paulo, assim como Porto Alegre, localiza-se no eixo Sul-Sudeste, que, como mencionado anteriormente, é o mais rico do país e é onde se encontram a maioria das estruturas burocráticas voltadas para relações internacionais. O estado de São Paulo corresponde ao 1º estado brasileiro tanto no ranking de exportações quanto no ranking de importações (BRASIL, 2019b).

### **4.3 Goiânia e Maceió**

Este tópico do artigo visa fazer algumas observações objetivas sobre as capitais Goiânia e Maceió, frisando aquelas características mais fundamentais para a contraposição com Porto Alegre e São Paulo, na medida em que os dados encontrados assim possibilitam. Segundo Cezário (2011), Goiânia se enquadra no tipo 2 com relação às tipologias da atuação global municipal:

O segundo tipo ideal de município abrange populações maiores, em que compatriotas vivem no exterior e constantemente enviam dinheiro para o sustento de suas famílias no Brasil, com forte presença do setor privado estrategicamente voltado para o ambiente externo. Contudo, a pouca participação do governo local nas ações internacionais fica restrita a algumas atividades promovidas pela iniciativa privada ou outros eventos circunstanciais, não havendo na prefeitura um responsável por essa atividade. (CEZÁRIO, 2011, 84)

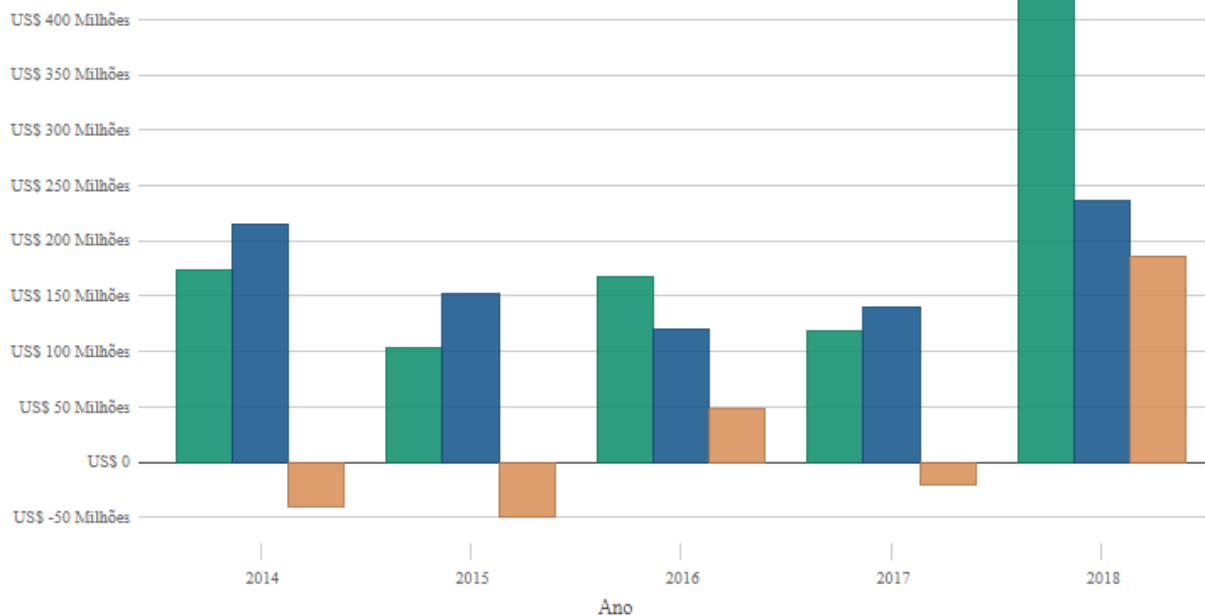
Observa-se através do trecho acima que a argumentação de Cezário concorda com Ribeiro (2009), que enquadra Goiânia nos municípios sem atuação paradiplomática em sua pesquisa. O trecho ainda permite depreender, no que tange aos fatores políticos, o pouco envolvimento do governo municipal com relação à uma atuação paradiplomática mais assertiva. Já sobre a institucionalização, o governo do estado de Goiás conta com um Gabinete de Assuntos Internacionais, mas o mesmo não pode ser observado no município, onde não se identifica uma estrutura específica voltada para as relações internacionais. Cabe salientar que o interesse dos governantes é fundamental para a criação de uma estrutura de relações



internacionais. A cidade também não possui Escritório de Representação do Itamaraty. Entretanto, adentrando a localização geográfica, Goiânia não está localizada no eixo Sul-Sudeste como São Paulo e Porto Alegre, mas sim no Centro-Oeste. Conforme a pesquisa de Ribeiro (2009), nenhum município dessa região apontou um órgão voltado para as relações internacionais, o que reflete a disparidade socioeconômica existente entre as regiões.

No que tange aos fatores sociais e de mercado, é possível verificar, conforme o trecho de Cezário, que existe alguma movimentação por parte de entidades privadas. Em 2019, a cidade sediou o III Fórum Regional de Relações Internacionais, realizado pelo Grupo de Estudos da América Latina (GEAL) e pela Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais (FENERI) em parceria com o Conselho Regional de Relações Internacionais (CORRIC), com objetivo de estimular o debate acadêmico, a atração de investimentos e a cooperação nos âmbitos da cultura, educação e tecnologia (ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA PUC GOIÁS, 2019). Entretanto, a movimentação desses atores ainda precisa encontrar maior respaldo por parte do governo municipal, no sentido de desenvolvimento da paradiplomacia. Cabe analisar os dados de comércio exterior do município:

### Balança Comercial de Goiânia (2014-2018)



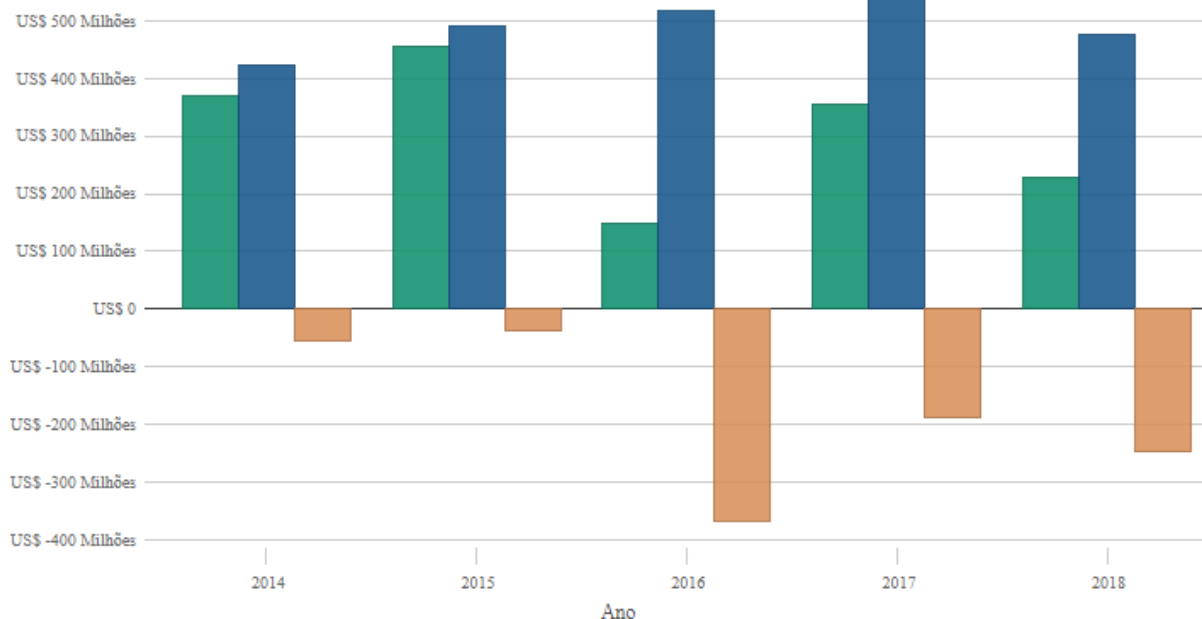
Fonte: Brasil, 2019a

No ano de 2018, Goiânia exportou 421,38 milhões de dólares e importou 235,66 milhões, obtendo superávit de 185,72 milhões de dólares. A cidade ocupou a 105ª posição no ranking de exportações do país e a 131ª no ranking de importações, segundo dados do Ministério da Economia (BRASIL, 2019a). O estado de Goiás ocupou a 11ª posição tanto no ranking de importações quanto no ranking de exportações (BRASIL, 2019b).

O comportamento dos elementos impulsionadores internos em Maceió não difere substancialmente de Goiânia. No que tange à institucionalização, a cidade não conta com nenhuma estrutura específica voltada para as relações internacionais. O município também não possui Escritório de Representação do Itamaraty. Bem como Goiânia, no que tange aos fatores políticos, não é possível observar um grande engajamento por parte dos governantes em uma atuação paradiplomática, já que apenas algumas ações internacionais muito pontuais podem ser verificadas no município, como aponta Cezário (2011). Do mesmo modo, a pesquisa de Ribeiro (2009) coloca Maceió junto aos municípios sem atuação paradiplomática. Já com relação à localização geográfica, Maceió também não está localizada no eixo Sul-Sudeste, e sim no Nordeste, sendo que as regiões Norte e Nordeste juntas mostraram ser detentoras de apenas 24% dos órgãos municipais voltados para relações internacionais no Brasil, conforme Ribeiro (2009).

Com relação aos fatores sociais e de mercado, observa-se também em Maceió que alguns atores têm feito alguns movimentos referentes às relações internacionais. Em 2018, o Rotary Club de Maceió - Pajuçara promoveu o “I Seminário Alagoano de Paradiplomacia: discutindo o poder global das cidades”, que buscou responder determinadas questões: como as cidades podem atuar internacionalmente para atrair investimentos e melhorar a prestação dos serviços públicos e como unir o público e o privado em benefício das cidades (CADA MINUTO, 2018). Entretanto, como foi observado em Goiânia, esses atores não encontram respaldo por parte do governo. Cabe observar, ainda, os dados de comércio exterior de Maceió:

### Balança Comercial de Maceió (2014-2018)



Fonte: Brasil, 2019a

No ano de 2018, Maceió exportou 228,73 milhões de dólares e importou 476,89 milhões, obtendo déficit de 248,16 milhões de dólares. A cidade ocupou a 172ª posição no ranking de exportações do país e a 82ª no ranking de importações, segundo dados do Ministério da Economia (BRASIL, 2019a). O estado de Alagoas ocupou a 20ª posição no ranking de exportações e a 19ª no ranking de importações (BRASIL, 2019b).

## 5 CONCLUSÕES FINAIS

O presente artigo apresentou um panorama geral sobre a paradiplomacia no Brasil, que se intensificou a partir da década de 1990, onde os municípios ganham cada vez mais relevância. O artigo trabalhou com a perspectiva que entende a paradiplomacia não apenas como a atuação internacional dos governos subnacionais, mas sim como uma política externa por parte desses governos. Sustentei a hipótese de que existem elementos impulsionadores internos às cidades que colaboram para o desenvolvimento de sua atuação paradiplomática, colocando as relações internacionais como parte da agenda do governo municipal. Esses elementos estão concentrados, como vimos, em quatro grandes grupos, sendo eles: localização geográfica, institucionalização, fatores políticos e fatores sociais e de mercado. Outrossim, observamos exemplos internacionais de paradiplomacia em cidades em que a mesma já é bem

desenvolvida e consolidada. Posteriormente, analisamos como os quatro elementos mencionados se comportam nas cidades brasileiras analisadas neste trabalho.

Pode-se concluir, sobre a localização geográfica, que a concentração de riqueza no eixo Sul-Sudeste favorece o desenvolvimento da paradiplomacia nas cidades dessas regiões. Por isso, as cidades com paradiplomacia intensa aqui analisadas - Porto Alegre e São Paulo - estão localizadas nesse eixo, enquanto as com paradiplomacia inexistente/incipiente estão localizadas no Centro-Oeste e Nordeste (Goiânia e Maceió, respectivamente). Entretanto, enxergo a paradiplomacia como uma das vias possíveis para diminuir as disparidades econômicas regionais entre as cidades do Brasil, principalmente através de projetos de cooperação internacional e da atração de investimentos. Observamos, com relação à institucionalização, que as cidades com paradiplomacia intensa possuem estrutura específica voltada para relações internacionais (Secretaria de Relações Internacionais de São Paulo e Coordenação de Relações Internacionais e Federativas de Porto Alegre) e Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores, enquanto Maceió e Goiânia não contam com estruturas desse tipo.

Nos fatores sociais e de mercado, é possível verificar que São Paulo e Porto Alegre contam com meios de comunicação com atores não-governamentais (sociedade civil, empresariado, instituições acadêmicas etc.) quanto às relações internacionais, o que possibilita a ingerência da sociedade para a atuação diplomática dos respectivos governos. Entretanto, Maceió e Goiânia, apesar de contarem com algumas iniciativas de atuação internacional por parte dos atores não-governamentais, não encontram grande respaldo por parte dos governos municipais. Finalmente, verificamos uma disparidade entre as cidades com paradiplomacia intensa e as cidades com paradiplomacia inexistente/incipiente no que tange ao comércio exterior, principalmente com relação ao nível de exportações, onde São Paulo e Porto Alegre ocupam, respectivamente, o 2º e o 31º lugar no ranking nacional, enquanto Goiânia e Maceió não se encontram nem entre as 100 primeiras cidades do ranking (ocupam, respectivamente, o 105º e o 172º lugar). Cidades com alto fluxo de comércio exterior tendem a ter sua paradiplomacia mais desenvolvida.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Izabela Viana de. **A influência partidária no nível municipal: Paradiplomacia na cidade de São Paulo**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-17072013-145045/pt-br.php>>. Acesso em: 23 out. 2019

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA PUC GOIÁS (Goiânia). **Goiânia sedia o III Fórum Regional de Relações Internacionais**. 2019. Disponível em: <<https://apuc.org.br/noticias/2123-goiania-sedia-o-iii-forum-regional-de-relacoes-internacionais>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Exportação, Importação e Saldo por Municípios**. 2019a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Exportações, Importações e Balança Comercial - Estado**. 2019b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BUENOS AIRES. **Subsecretaría de Relaciones Internacionales e Institucionales**. 2019. Disponível em: <<https://www.buenosaires.gov.ar/jefedegobierno/secretariageneral/institucional-subsecretaria-relaciones-internacionales-e-institucionales>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

CADA MINUTO (Maceió). **Seminário em Maceió discutirá a importância global das cidades**. 2018. Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/321009/2018/05/21/seminario-em-maceio-discutira-a-importancia-global-das-cidades>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. CNM. **Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização**. Brasília: Confederação Nacional de Municípios, 2011. 280 p. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Atua%E7%E3o%20Global%20Municipal%20\(2011\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Atua%E7%E3o%20Global%20Municipal%20(2011).pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ISER, Guilherme de Cruzeiro. **Os Entes Subnacionais nas Relações Internacionais: O Fenômeno da Paradiplomacia**. 2013. 63 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81385/000904668.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 out. 2019.

JESUS, Diego Santos Vieira de. A arte do encontro: a paradiplomacia e a internacionalização das cidades criativas. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 25, n. 61, p.51-76, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256104>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n61/0104-4478-rsocp-25-61-0051.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. Paradiplomacia: A transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1/2017, n. 83, p.43-68, fev. 2018. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-83/11093-paradiplomacia-a-transformacao-do-conceito-nas-relacoes-internacionais-e-no-brasil/file>>. Acesso em: 23 out. 2019.

KLEIMAN, Alberto; CEZARIO, Gustavo de Lima. Um olhar brasileiro sobre a ação internacional dos governos subnacionais. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira: A política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Cap. 10. p. 301-329. Disponível em: <[http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/05/048\\_Pol%C3%ADtica.Externa.Brasileira\\_Milani.Pinheiro.pdf](http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/05/048_Pol%C3%ADtica.Externa.Brasileira_Milani.Pinheiro.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. A paradiplomacia financeira em países emergentes de estrutura federativa. **Desafios**, Bogotá, v. 28, n. 1, p.121-163, 28 jan. 2016. Colegio Mayor de Nuestra Señor del Rosario. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/4473/3209>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

MAUAD, Ana; BETSILL, Michele. A changing role in global climate governance: São Paulo mixing its climate and international policies. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 62, n. 2, p.1-17, jul. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v62n2/1983-3121-rbpi-62-2-e009.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MERCHER, Leonardo; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Paradiplomacia como Política Externa e Política Pública: modelo de análise aplicado ao caso da cidade do Rio de Janeiro. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p.195-222, 5 out. 2018. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/790/391>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

MIKLOS, Manoela Salem. Diplomacia federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas Unidades Constituintes. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p.83-100, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/26/13>>. Acesso em: 17 out. 2019.

MORAIS, Maria Cezilene Araújo de. **Paradiplomacia no Brasil: Uma Abordagem sobre a Inserção Internacional de Municípios Paraibanos a partir do Programa Plano Diretor**. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

Disponível em: <<http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/download/Maria-Cezilene.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

NOVA YORK. MAYOR'S OFFICE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS. **About**. 2019. Disponível em: <<https://www1.nyc.gov/site/international/about/about.page>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

NUNES, Carmem Juçara da Silva. **A Paradiplomacia no Brasil: O caso do Rio Grande do Sul**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6142/000481417.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Secretaria Municipal de Relações Institucionais**: A SMRI tem a missão de fazer a interlocução e a articulação do governo. 2019. Disponível em: <<https://alfa.portoalegre.rs.gov.br/smri>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p.137-168, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/846/629>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

REDAÇÃO WR? (Brasil). **Paradiplomacia**: Internacionalista, você conhece essa área de atuação?. 2019. Disponível em: <<http://whatsrel.com.br/post/paradiplomacia-internacionalista-voce-conhece-essa-area-de-atuacao/>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores**: A paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12065/1/globalizacao-e-novos-atores\\_ri.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12065/1/globalizacao-e-novos-atores_ri.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2019.

SALOMÓN, Mónica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: Determinantes, conteúdos e perspectivas. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira**: A política das práticas e as práticas da política. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2011. Cap. 9. p. 269-300. Disponível em: <[http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/05/048\\_Pol%C3%ADtica.Externa.Brasileira\\_Milani.Pinheiro.pdf](http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/05/048_Pol%C3%ADtica.Externa.Brasileira_Milani.Pinheiro.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois

Tipos de Atores Mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p.99-147, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a04v29n1.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

SANTOS, Clara Maria Faria. **Capacidade jurídica internacional dos municípios**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88767/santos\\_cmf\\_me\\_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88767/santos_cmf_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 16 out. 2019.

SÃO PAULO. PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Cidade de São Paulo: Relações Internacionais**. 2019. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes\\_internacionais/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/)>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the study of Federated States as Foreign Policy Actors. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis (Org.) **Federalism and International Relations: The role of subnational Units**. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 34-53.

TORONTO (Canadá). **Invest Toronto**. 2019. Disponível em: <<https://www.toronto.ca/city-government/accountability-operations-customer-service/city-administration/city-managers-office/agencies-corporations/corporations/invest-toronto/>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p.127-169, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a10v2162.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

VITAL, Graziela Cristina. **A institucionalização das relações externas subnacionais: um estudo comparado das cidades de São Paulo e Toronto**. 2016. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-05102016-162428/publico/Graziela\\_Cristina\\_Vital.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-05102016-162428/publico/Graziela_Cristina_Vital.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2019.

YAHN FILHO, Armando Gallo. A inserção internacional da cidade de Uberlândia-MG: um processo em evolução. **Brazilian Journal Of International Relations**, Marília, v. 8, n. 1, p.69-96, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8120>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

YAHN FILHO, Armando Gallo. **Relações internacionais e atores subnacionais: um estudo da inserção internacional da Região Metropolitana de Campinas**. 2011. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,



Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em:  
<[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280968/1/YahnFilho\\_ArmandoGallo\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280968/1/YahnFilho_ArmandoGallo_D.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2019.